

O que funciona? Evidências sobre o impacto da proibição de celulares nas escolas sobre o desempenho acadêmico

Bruno Marques Schaefer <brunoschaefer@iesp.uerj.br> IESP-UERJ

Resumo

Este estudo apresenta uma revisão sistemática sobre o impacto da proibição do uso de celulares em escolas no desempenho acadêmico. A política tem sido adotada no Brasil e internacionalmente, mas suas evidências de efetividade ainda são dispersas. A partir de técnicas de revisão sistemática, analisamos 21 estudos quantitativos e qualitativos. Os resultados indicam efeito positivo consistente, ainda que moderado, com valor médio de efeito (g de Hedges) igual a 0,22. A análise qualitativa também revela mecanismos importantes, como redução da distração e maior engajamento em sala, e moderação do efeito em contextos de maior vulnerabilidade social. A percepção dos principais atores — professores, alunos e pais — mostra apoio variável, com maior adesão entre docentes e maior resistência por parte dos estudantes. Concluímos com recomendações sobre implementação e custos, apontando que políticas claras e bem fiscalizadas tendem a ser mais eficazes.

Resumo Expandido

Este trabalho investiga se a proibição do uso de celulares em escolas impacta positivamente o desempenho acadêmico de estudantes. A política tem ganhado força em diferentes redes públicas de ensino, como na cidade do Rio de Janeiro, e nacionalmente por meio do projeto de lei 104/2015 (Lei 15.100/2025). Sua justificativa está associada à correlação negativa entre o uso intensivo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e o desempenho escolar (UNESCO, 2023), bem como ao impacto emocional negativo de seu uso excessivo.

A partir de uma estratégia metodológica de revisão sistemática mista e sequencial (Small, 2011; Stern et al., 2020), sistematizamos evidências de 22 trabalhos: oito quantitativos e 14 qualitativos. Três são experimentos randomizados, quatro utilizam modelos de diferenças em diferenças e um adota meta-análise. Desses, sete apontam efeitos positivos da proibição, sendo seis estatisticamente significativos. A combinação

dos resultados por meio dos testes de Fisher (65,74; $p < 0,05$) e Cooper (2,88; $p < 0,05$) indica que os efeitos não são aleatórios, mas convergentes para uma direção positiva.

Para padronização dos efeitos e comparação entre os estudos, utilizamos o coeficiente g de Hedges, a partir do qual calculamos o efeito médio padronizado com uso do pacote meta no R. O teste indica efeito comum de 0,22. Embora classificado como efeito fraco segundo a literatura (Brydges, 2019), o resultado é estatisticamente significativo e sugere benefícios do banimento.

Além da mensuração do efeito, a análise dos mecanismos de funcionamento mostrou que a política atua principalmente por meio da redução de distrações em sala de aula e maior engajamento nas atividades. Isso se deve à menor exposição dos alunos a redes sociais e outras fontes de distração durante o tempo escolar. Há também impactos secundários sobre bem-estar emocional, como redução da ansiedade.

A eficácia da política é moderada por fatores contextuais. Estudos apontam que os maiores impactos ocorrem em escolas com estudantes de maior vulnerabilidade socioeconômica e entre alunos com desempenho mais baixo. Outro moderador importante é o modo de implementação: políticas que dependem exclusivamente dos professores para fiscalização apresentam efeitos mais fracos e maior resistência por parte dos alunos. Políticas com regras claras sobre guarda de celulares na entrada da escola e punições bem definidas tendem a ser mais eficazes.

As percepções dos principais stakeholders — professores, alunos e pais — revelam diferentes graus de aceitação. Professores são majoritariamente favoráveis a políticas restritivas, principalmente quando relacionam o uso de celulares à queda no rendimento escolar e à desorganização da sala de aula. Contudo, há registros de professores que valorizam os celulares como recursos didáticos, sobretudo quando a escola não dispõe de infraestrutura tecnológica adequada. Na Suécia, por exemplo, docentes relatam desafios na proibição total em contextos nos quais o celular já está integrado às práticas pedagógicas. Já na Austrália, Campbell et al. (2024) mostram que professores e pais reconhecem tanto os riscos quanto as possibilidades pedagógicas associadas aos celulares. Alunos, por sua vez, mostram maior resistência à proibição total, defendendo o uso em momentos específicos ou durante intervalos. Pais geralmente apoiam políticas mais rígidas por preocupações com distração, segurança e saúde mental.

Quanto à implementação, identificamos uma variedade de modelos, com graus distintos de rigidez e clareza. Algumas escolas adotam restrição total com recolhimento dos celulares na entrada; outras permitem uso restrito sob supervisão. A falta de uniformidade compromete a efetividade da política. Quando a fiscalização é delegada

exclusivamente aos professores, há menor adesão e maiores conflitos em sala. Além disso, políticas mal definidas, que não esclarecem se o problema é o uso ou a posse dos aparelhos, geram insegurança jurídica e operacional. Recomenda-se que as normas estipulem claramente condições de exceção (como necessidade médica), regras de confisco e punições proporcionais e transparentes.

O custo financeiro da política é baixo. A principal despesa está relacionada à compra de armários ou caixas de armazenamento. Contudo, há custos indiretos: tensão entre alunos e professores, necessidade de treinamento e perda de tempo pedagógico em função de conflitos disciplinares. Esses custos devem ser levados em conta ao desenhar e implementar a política.

Por fim, destacamos a originalidade da abordagem metodológica deste estudo. Ao utilizar uma sequência de técnicas quantitativas e qualitativas — incluindo meta-análise, inferência causal, análise de mecanismos e revisão de percepções —, conseguimos oferecer uma avaliação abrangente e robusta da política. Esta abordagem pode servir de modelo para futuras avaliações de políticas públicas no Brasil, reunindo evidências de diferentes tipos de pesquisa para uma síntese confiável e informativa.

Referências

BRYDGES, Christopher R. Effect Size Guidelines, Sample Size Calculations, and Statistical Power in Gerontology. **Innovation in Aging**, v. 3, n. 4, p. igz036, 4 set. 2019.

SMALL, Mario Luis. How to Conduct a Mixed Methods Study: Recent Trends in a Rapidly Growing Literature. **Annual Review of Sociology**, v. 37, n. 1, p. 57–86, 2011.

STERN, Cindy *et al.* Methodological guidance for the conduct of mixed methods systematic reviews. **JBIEvidence Synthesis**, v. 18, n. 10, p. 2108, out. 2020.